



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº \_\_/2023 - Processo Administrativo nº 140/2023

Área Requisitante / Técnica	Gerência de Tecnologia da Informação – Setor de Integração e Inovação
Área de Apoio Administrativo	Gerência de Compras e Contratos – GCC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrantes Requisitantes/Técnico	Rafael Conceição da Silva, matrícula 455 Régis de Oliveira Araújo, matrícula 1044
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Ingrid Wendy Carrel, matrícula 1177

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de segurança cibernética com a implantação de análise de vulnerabilidades (VA), testes de intrusão (Pentest) e teste de engenharia social (phishing e outros), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O detalhamento completo do objeto segue descrito no **Anexo II – Especificações Técnicas**.

GRUPO ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/C ATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Análise de vulnerabilidades - Total	27022	Unitário	1	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00
2	Análise de vulnerabilidades - Parcial	27022	Unitário	3	R\$ 31.500,00	R\$ 94.500,00
3	Pentest e Engenharia Social	27022	Horas	1500	R\$ 375,00	R\$ 562.500,00
Total						R\$ 742.000,00

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de TIC, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme dispõe o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados do início da vigência contratual, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. Contratação de serviço de empresa externa para VA e Pentest com Teste de engenharia social, onde é o cenário mais comum para situações em que a empresa ainda não possui um processo para gestão de vulnerabilidades nem expertise para lidar com ferramentas específicas, as correções de vulnerabilidades demandam força de trabalho de diversas disciplinas da TI e as vezes até mesmo de outros departamentos, portanto, fazer uma contratação de terceiro para testes pontuais se adequa mais a realidade de hoje do Coren-SP, dada a fase embrionária desse tipo de processo no órgão.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



**3.1.** A Gerência de Tecnologia da Informação busca uma solução para falta de visibilidade referente às ameaças e vulnerabilidades às quais o Coren-SP está exposto.

**3.2.** Entende-se que toda empresa está exposta a ameaças cibernéticas e que ela precisa implementar soluções que mitiguem esse risco.

**3.3.** Conforme definido acima, análise de vulnerabilidade, pentest e teste de engenharia social são soluções de mercado amplamente utilizadas por empresas em todo o mundo como mecanismo para identificar brechas e gerar material para possibilitar sua correção, aumentando assim os níveis de segurança cibernética dos dados e serviços do Coren-SP.

**3.4.** A crescente preocupação global com ameaças cibernéticas tem impulsionado gestores a se dedicarem cada vez mais à proteção contra riscos cibernéticos em suas corporações.

**3.5.** A matriz apresentada na imagem abaixo destaca três pilares fundamentais de preocupação em relação à segurança da informação: Cyberattacks, Data fraud or theft e Information infrastructure breakdown.

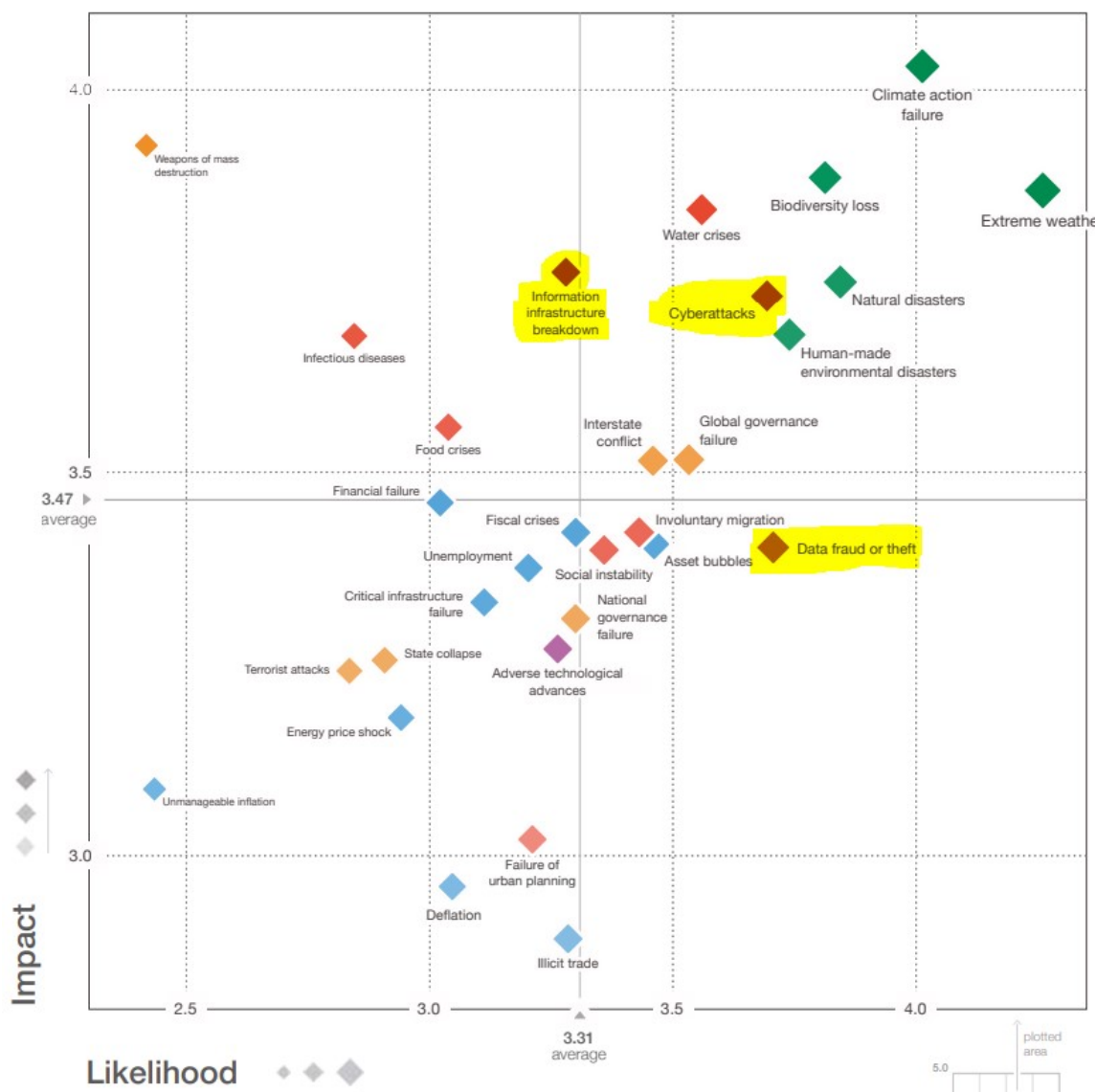
**3.6.** Diante desse cenário, torna-se imprescindível que nossa organização reforce suas defesas e medidas de proteção contra potenciais ataques cibernéticos e violações de dados. A contratação dos serviços especializados de segurança de tecnologia da informação, incluindo Testes de Penetração, Gestão de Vulnerabilidades e Campanhas de Phishing (Engenharia Social), é uma iniciativa estratégica para enfrentar esses desafios e garantir a proteção de nossos ativos digitais.

**3.7.** Matriz de risco em segurança, com impacto e probabilidade de ocorrer:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Figure II: The Global Risks Landscape 2020



**3.8.** Com base na análise realizada, o Coren-SP reconhece a necessidade imperativa de engajar uma empresa especializada para fornecer serviços abrangentes de operação e monitoramento de segurança da informação no âmbito corporativo. As atividades-chave a serem executadas pela empresa contratada incluem:

- 3.8.1.** Realização de análise de vulnerabilidades no ambiente de rede do Coren-SP;
- 3.8.2.** Condução de testes de invasão controlados para auditar a eficácia dos controles implementados.

**3.9.** Além disso, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Coren-SP assume uma ampla responsabilidade na salvaguarda dos dados pessoais sensíveis dos cidadãos brasileiros. Portanto, torna-se inegável a necessidade de contratar serviços que possibilitem a adaptação a essa nova realidade, garantindo não apenas a prevenção de vazamentos, exposições e fragilidades nos sistemas, mas também a total conformidade com as diretrizes legais.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**3.10.** Assim sendo, a contratação se fundamenta na preservação de dois ativos intangíveis de extrema importância para o Coren-SP: as informações que circulam e estão armazenadas na rede, bem como sua reputação como uma instituição confiável perante a sociedade.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Requisitos de Negócio**

**4.2.** A análise de vulnerabilidade, pentest e teste de engenharia social também são importantes para órgãos públicos, como autarquias federais, sob a perspectiva do negócio. Embora as necessidades possam variar em comparação com as de uma empresa privada, existem alguns pontos importantes a serem considerados:

**4.2.1.** Proteção de informações confidenciais: Os órgãos públicos frequentemente lidam com informações confidenciais e sensíveis, como dados pessoais de cidadãos, informações governamentais e estratégicas. A análise de vulnerabilidade e o pentest ajudam a identificar potenciais falhas de segurança e vulnerabilidades que poderiam resultar em vazamento de informações ou acesso não autorizado a dados sensíveis, inclusive aqueles relacionados a LGPD.

**4.2.2.** Cumprimento das obrigações legais e regulamentares: Assim como as empresas privadas, os órgãos públicos também têm obrigações legais e regulamentares a cumprir em relação à segurança da informação. A realização de análises de vulnerabilidade e pentest auxilia na conformidade com as regulamentações governamentais e políticas de segurança estabelecidas, garantindo que o órgão público esteja em conformidade com as diretrizes e padrões exigidos.

**4.2.3.** Preservação da confiança e credibilidade: Os órgãos públicos são responsáveis por fornecer serviços e informações aos cidadãos. A falta de segurança pode minar a confiança dos cidadãos e prejudicar a reputação do órgão. A análise de vulnerabilidade e o pentest ajudam a identificar e mitigar riscos de segurança, demonstrando um compromisso com a proteção dos dados dos cidadãos e fortalecendo a confiança no órgão.

**4.2.4.** Prevenção de interrupções de serviço: A segurança dos sistemas de TI é essencial para garantir a continuidade das operações do órgão público. Interrupções de serviço podem afetar negativamente os serviços prestados à população. A análise de vulnerabilidade e o pentest ajudam a identificar possíveis pontos fracos nos sistemas, minimizando as chances de exploração e reduzindo o risco de interrupções indesejadas.

**4.2.5.** Redução de custos e prejuízos: Um ataque cibernético bem-sucedido pode resultar em custos significativos para um órgão público, incluindo a recuperação dos sistemas, investigações forenses, danos à reputação e possíveis ações legais. A análise de vulnerabilidade e o pentest permitem identificar e mitigar vulnerabilidades antes que sejam exploradas, reduzindo o risco de ataques e minimizando os prejuízos financeiros.

**4.2.6.** Em resumo, a análise de vulnerabilidade, pentest e teste de engenharia social são importantes para órgãos públicos, como autarquias federais, sob a ótica do negócio, a fim de proteger informações confidenciais, cumprir obrigações legais, preservar a confiança e credibilidade, garantir a continuidade dos serviços e reduzir custos e prejuízos associados a ataques cibernéticos. Essas práticas contribuem para um ambiente mais seguro, confiável e resiliente no contexto do setor público.

**4.3.** Dado o exposto acima, espera-se que o serviço contratado:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.3.1.** Realize escaneamentos periódicos nos sistemas, redes e dispositivos do Coren-SP para identificar vulnerabilidades de forma cíclica;

**4.3.2.** Realize testes de intrusão periódicos nos serviços do Coren-SP para identificar brechas que podem ser exploradas por um atacante;

**4.3.3.** Gere relatórios desses testes/análises que permitam ao Coren-SP entender o panorama de segurança de forma geral e principalmente, de forma detalhada, pontuando uma a uma as vulnerabilidades e brechas encontradas, com instruções para as devidas correções ou soluções de contorno.

### **4.4. Necessidades Tecnológicas**

#### **4.4.1. (VA) Análise de Vulnerabilidades:**

**4.4.2.** Em uma análise de vulnerabilidades, o foco está em identificar e documentar as vulnerabilidades presentes em um sistema ou rede. As principais etapas envolvidas são:

**4.4.2.1.** Inventário e mapeamento do sistema: Identificação e documentação dos ativos de TI, incluindo hardware, software, sistemas operacionais, aplicativos e serviços em execução. Isso envolve a criação de um inventário abrangente e a compreensão da arquitetura do sistema.

**4.4.2.2.** Varredura de vulnerabilidades: Utilização de ferramentas automatizadas para realizar varreduras no sistema em busca de possíveis vulnerabilidades conhecidas. Essas varreduras podem abranger diferentes aspectos, como configurações de segurança, patches ausentes, senhas fracas e exposição de informações sensíveis.

**4.4.2.3.** Análise e avaliação das vulnerabilidades: Após a varredura, é feita uma análise das vulnerabilidades encontradas, avaliando sua gravidade e impacto potencial no sistema. Isso pode incluir a classificação das vulnerabilidades por níveis de risco, com base em sua probabilidade de exploração e impacto nas operações.

**4.4.2.4.** Recomendações e mitigação: Com base nas vulnerabilidades identificadas, são fornecidas recomendações para corrigir ou mitigar os problemas encontrados. Isso pode envolver a aplicação de patches de segurança, reconfiguração de sistemas, fortalecimento de senhas, atualização de software e outras ações para reduzir a exposição a riscos.

**4.4.2.5.** Documentação e relatório: Ao final da análise, é gerado um relatório detalhado que documenta todas as vulnerabilidades identificadas, suas classificações de risco e as recomendações para solução. Esse relatório deve ser claro, conciso e fornecer informações acionáveis para a equipe responsável pela segurança implementar as correções necessárias.

### **4.5. Teste de Intrusão (Pentest) e Teste de Engenharia Social (Phishing e outros)**

**4.5.1.** Esse item contempla dois testes utilizados para aferição da segurança em tentativas de invasão externa. Um puramente através de atividades técnicas de invasão de sistemas (pentest) e outro que combina atividades técnicas de invasão com manipulação de comportamento social (phishing e outros).

#### **4.5.2. Pentest (Teste de Intrusão):**

**4.5.2.1.** Durante um pentest (teste de penetração), é necessário realizar uma série de etapas para identificar e explorar as vulnerabilidades em um sistema. As principais



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

etapas incluem:

**4.5.2.2.** Fase de planejamento: Nesta fase, são definidos os objetivos do teste, o escopo, os sistemas a serem testados e as restrições impostas. Também é importante obter autorização formal para conduzir o pentest e definir o nível de conhecimento prévio sobre o ambiente alvo.

**4.5.2.3.** Coleta de informações: Nesta etapa, são coletadas informações sobre o sistema, como endereços IP, URLs, tecnologias utilizadas e outros detalhes relevantes. Isso pode ser feito por meio de varreduras de rede, análise de serviços disponíveis, pesquisa de informações publicamente disponíveis (OSINT) e outras técnicas de reconhecimento.

**4.5.2.4.** Identificação de vulnerabilidades: Aqui, o pentester realiza uma análise aprofundada do sistema em busca de possíveis vulnerabilidades. Isso pode envolver a verificação de configurações incorretas, falhas de autenticação, erros de programação, vulnerabilidades conhecidas em software e outras falhas de segurança.

**4.5.2.5.** Exploração de vulnerabilidades: Após identificar as vulnerabilidades, o pentester tenta explorá-las para obter acesso não autorizado ao sistema ou realizar ações maliciosas. Essas ações podem incluir tentativas de invasão, execução remota de código, elevação de privilégios, entre outras técnicas.

**4.5.2.6.** Registro e documentação: Durante todo o processo, o pentester registra todas as ações realizadas, incluindo detalhes sobre as vulnerabilidades encontradas, as etapas de exploração e os resultados obtidos. Essa documentação é fundamental para a criação do relatório final.

### **4.5.3. Teste de Engenharia Social (Phishing e outros):**

#### **4.5.3.1. Acordo e Autorização:**

**4.5.3.2.** A empresa e a equipe de teste de segurança concordam com os termos do serviço e obtêm autorização formal para realizar os testes;

**4.5.3.3.** Definição dos objetivos e escopo do teste, bem como os métodos e abordagens a serem utilizados;

#### **4.5.3.4. Planejamento e Preparação:**

**4.5.3.5.** A equipe de teste de segurança realiza pesquisas e coleta informações sobre a empresa, como domínios de e-mail, logotipos e nomes de funcionários.

**4.5.3.6.** Prepara um conjunto de cenários realistas de phishing que podem ser usados nos testes.

#### **4.5.3.7. Execução dos Testes:**

**4.5.3.8.** A equipe de teste de segurança envia e-mails de phishing simulados para os funcionários da empresa, utilizando os cenários previamente definidos.

**4.5.3.9.** Os e-mails podem conter links maliciosos, anexos suspeitos ou solicitações para fornecer informações confidenciais.

#### **4.5.3.10. Monitoramento e Rastreamento:**

**4.5.3.11.** A equipe de teste monitora as respostas dos funcionários aos e-mails de phishing simulados;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.5.3.12.** Rastreia se os funcionários abriram os e-mails, clicaram em links ou forneceram informações sensíveis;

**4.5.3.13. Análise e Relatório:**

**4.5.3.14.** Após a conclusão dos testes, a equipe de teste de segurança analisa os resultados e identifica pontos fracos na conscientização dos funcionários e na segurança da empresa;

**4.5.3.15.** Prepara um relatório detalhado com os resultados, incluindo estatísticas de cliques, níveis de risco e áreas que precisam ser melhoradas;

**4.5.3.16. Feedback e Conscientização:**

**4.5.3.17.** A equipe de teste de segurança fornece feedback à empresa sobre os resultados do teste;

**4.5.3.18.** Pode oferecer treinamento e conscientização adicional aos funcionários para ajudá-los a identificar e evitar ataques de phishing;

**4.5.3.19. Melhorias e Acompanhamento:**

**4.5.3.20.** Com base nos resultados do teste, a empresa implementa melhorias em suas políticas de segurança e treinamentos;

**4.5.3.21.** Pode ser agendada uma reavaliação periódica para acompanhar o progresso e garantir que as vulnerabilidades identificadas tenham sido abordadas.

### 4.6. Relatórios:

**4.6.1.** Um relatório de pentest e análise de vulnerabilidades é um documento detalhado que resume as descobertas, métodos, resultados e recomendações resultantes dos testes realizados. Ele fornece uma visão abrangente do estado de segurança do sistema ou da rede analisada. Aqui estão os elementos-chave geralmente incluídos em um relatório de pentest e análise de vulnerabilidades:

**4.6.1.1. Resumo executivo:** Uma visão geral concisa e direta do relatório, destacando os principais pontos, as principais descobertas e as recomendações mais críticas. O resumo executivo é projetado para fornecer uma visão rápida do estado geral da segurança e é voltado para os tomadores de decisão.

**4.6.1.2. Escopo e metodologia:** Esta seção descreve em detalhes o escopo do teste, incluindo os sistemas e redes testados, os métodos e as técnicas utilizadas, e as limitações impostas durante o teste. Também pode incluir informações sobre as autorizações e acordos prévios feitos com a organização alvo.

**4.6.1.3. Descrição das vulnerabilidades:** Aqui são apresentadas as vulnerabilidades específicas encontradas durante o teste. Cada vulnerabilidade é descrita em termos técnicos, incluindo detalhes sobre a natureza da vulnerabilidade, sua gravidade e potencial impacto no sistema. São fornecidos exemplos claros e reproduzíveis para demonstrar a exploração dessas vulnerabilidades.

**4.6.1.4. Resultados do teste:** Essa seção inclui os resultados dos testes, incluindo informações sobre as técnicas utilizadas e os resultados obtidos em cada fase do teste. Isso pode incluir detalhes sobre tentativas de exploração, sucesso ou falha das tentativas, e os dados ou sistemas comprometidos, se aplicável.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.6.1.5. Recomendações:** Com base nas vulnerabilidades identificadas, são fornecidas recomendações para corrigir e mitigar os problemas encontrados. As recomendações são detalhadas, específicas e priorizadas com base na gravidade das vulnerabilidades e no potencial impacto no sistema. Elas podem incluir medidas de segurança adicionais, atualizações de software, alterações de configuração, treinamento de funcionários, entre outras ações.

**4.6.1.6. Anexos:** Os anexos podem incluir informações técnicas adicionais, como registros de atividades, capturas de tela, scripts ou evidências de exploração. Eles fornecem suporte e validação para as descobertas apresentadas no relatório principal.

### 4.7. Requisitos Legais

**4.7.1.** Além da legislação e instruções relacionadas às contratações realizadas sob a Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes normativos estão vinculados ao objeto desta contratação:

**4.7.2.** Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC pelos órgãos e entidades da Administração Direta do Poder Executivo Federal e adotado pelo Coren SP como boa prática:

**4.7.3.** Portaria Coren SP/Plenário/024/2016, de 22 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo;

**4.7.4.** O serviço ofertado deverá estar em consonância com Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

### 4.8. Requisitos De Manutenção

**4.8.1.** Deverão ser ofertados pela CONTRATADA, durante todo o período de vigência contratual, serviços de suporte técnico e atendimento para esclarecimentos e dúvidas referentes aos relatórios de vulnerabilidades e auxílio para mitigação das vulnerabilidades relatadas.

**4.8.2.** Deverão ser realizadas atualizações e correções de todos os componentes da Solução utilizada durante a vigência contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

**4.8.3.** Deverão ser realizadas atualizações de versões das licenças eventualmente empregadas para operação da Solução durante toda a vigência contratual, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

### 4.9. Requisitos Temporais

**4.9.1.** Os cronogramas elaborados ou aprovados pelo Coren-SP, no tocante à implantação do serviço, bem como os prazos estipulados no instrumento deverão ser respeitados pela CONTRATADA.

**4.9.2.** Serão realizadas duas reuniões de planejamento iniciais, onde o fornecedor fará a apresentação de dois cronogramas, um para cada item;

**4.9.2.1.** Um cronograma para Análise de Vulnerabilidades (total e parcial) definido com base no **número de dispositivos**;

**4.9.2.2.** Um cronograma para Pentest e Teste de Engenharia Social (Phishing e outros) definido com base no **número de horas**;





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.9.3.** O prazo máximo para conclusão do projeto inicial e execução dos primeiros testes é de 20 (vinte) dias corridos a partir da assinatura do contrato, conforme cronograma definido na reunião de planejamento apresentado pela CONTRATADA

### 4.10. Requisitos De Segurança

**4.10.1.** A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde absoluto sigilo<sup>1</sup> sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo Coren-SP aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes, sob qualquer justificativa.

**4.10.2.** Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do Coren-SP, não podendo a CONTRATADA utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizado pelo Coren-SP.

**4.10.3.** Deverão ser observadas pela CONTRATADA as normas internas do Coren-SP, tais como: a Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016, que normatiza a Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC e outras que venham a complementá-la.

**4.10.4.** Ademais, outros requisitos de segurança são detalhados no ANEXO II das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

### 4.11. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

**4.11.1.** A CONTRATADA deverá orientar os seus empregados a utilizar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos postos à disposição para prestação dos serviços, bem como observar outras instruções relacionadas à sustentabilidade ambiental que venham a ser implantadas no ambiente de atendimento da CONTRATANTE;

**4.11.2.** A CONTRATADA deverá considerar aspectos relacionados à responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e alinhamento cultural com os valores e princípios do Coren-SP.

**4.11.3.** É imprescindível que a CONTRATADA assuma um compromisso inequívoco com a promoção da diversidade e inclusão em seu ambiente de trabalho, garantindo a igualdade de oportunidades e combatendo qualquer forma de discriminação. Além disso, é fundamental que adote práticas sustentáveis e medidas para mitigar o impacto ambiental de suas atividades, incluindo a redução do consumo de energia, a gestão responsável de resíduos e a utilização de tecnologias ecoeficientes. Da mesma forma, é esperado que a empresa demonstre um compromisso inabalável com a ética e a integridade em seus negócios, mediante a implementação de políticas transparentes e rigorosas de combate à corrupção, ao suborno e a outras práticas antiéticas.

### 4.12. Requisitos De Arquitetura Tecnológica

**4.12.1.** Os requisitos de arquitetura tecnológica são detalhados no ANEXO II das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, com os padrões, tecnologias e diretrizes arquiteturais que devem ser seguidos para garantir a integração, escalabilidade, segurança e eficiência dos sistemas e serviços a serem desenvolvidos ou mantidos.

### 4.13. Requisitos De Projeto E Implementação

<sup>1</sup> A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso e confidencialidade, com declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Coren-SP em razão do trabalho vinculado ao contrato assinado.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**4.13.1.** Os requisitos de projeto para implantação e implementação são detalhados no ANEXO II das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, com as diretrizes, metodologias e processos que devem ser seguidos para o desenvolvimento e implementação dos sistemas e serviços contratados.

### **4.14. Requisitos De Garantia**

**4.14.1.** Será exigida garantia mínima prevista na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, prevendo, por exemplo, direitos básicos do consumidor, como o direito à informação, à segurança, à reparação de danos e à qualidade dos produtos e serviços. Além disso, o CDC estabelece as obrigações dos fornecedores de produtos e serviços e prevê sanções em caso de descumprimento das normas estabelecidas.

### **4.15. Requisitos De Experiência Profissional**

**4.15.1.** A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados e habilitados para todas as etapas da execução contratual, incluindo na prestação de serviços de consultoria, serviços técnicos de TI, gestão e controle, acessibilidade, infraestrutura, ciência de dados, *business intelligence* (BI), *business analytics*, inteligência artificial (IA), *design*, qualidade, desenvolvimento de sistemas e aplicações *mobile*, área de negócios, manutenção, suporte técnico especializado, documentação, sustentação de sistemas de informática e quaisquer outras interações com o Coren-SP. Esses profissionais devem possuir o conhecimento e a experiência necessários para desempenhar suas funções com eficiência e eficácia, garantindo a qualidade e a segurança dos serviços prestados.

**4.15.2.** Outros requisitos de experiência profissional são detalhados no Anexo II das Especificações Técnicas.

### **4.16. Requisitos De Formação De Equipe**

**4.16.1.** Os requisitos de formação de equipe são detalhados no ANEXO II das ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, com os critérios e qualificações necessárias para os profissionais que comporão a equipe responsável pelo desenvolvimento, implementação e suporte dos sistemas e serviços contratados.

### **4.17. Requisitos De Metodologia De Trabalho**

**4.17.1.** São exigidas certificações da empresa e utilização de metodologias como OWASP, PTES e NIST, que serão detalhadas no Termo de Referência.

### **4.18. Requisitos De Segurança Da Informação**

**4.18.1.** A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

**4.18.2.** As informações sob custódia da CONTRATADA deverão ser tratadas como informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CONTRATANTE.

**4.18.3.** O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.1.3.** Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4.** Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6.** Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7.** Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8.** Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO**

- 5.2.1.** Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4.** Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6.** Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7.** Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.8.** Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9.** Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.10.** Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**5.2.11.** Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **6.1. Condições de execução**

**6.1.1.** As soluções ofertadas deverão ser plenamente integráveis, não podendo apresentar nenhum tipo de incompatibilidade;

**6.1.2.** A CONTRATADA deverá possuir processos implementados que garantem a segurança das informações da CONTRATANTE, em conformidade com a Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001 e ISSO 27701.

**6.1.2.1.** Deverão ser utilizados os seguintes padrões de mercado para execução dos serviços:

**6.1.2.2.** OWASP Testing Guide: a Open Web Application Security Project (OWASP) fornece uma ampla gama de recursos, incluindo o OWASP Testing Guide, que é um guia prático e abrangente para testes de segurança de aplicativos da web;

**6.1.2.3.** PTES (Penetration Testing Execution Standard): O PTES é uma iniciativa destinada a criar um padrão para a execução e relatório de testes de penetração;

**6.1.2.4.** NIST SP 800-115: Este documento do National Institute of Standards and Technology (NIST) dos EUA fornece orientações sobre a realização de testes de penetração em sistemas de informação;

**6.1.3.** Deverá a empresa CONTRATADA apresentar ao menos um certificado abaixo de profissional que compõe sua equipe de pentest e análise de vulnerabilidade. Além disso, os relatórios devem ser assinados também por profissional com uma das certificações mencionadas.

**6.1.3.1.** OSCP (Offensive Security Certified Professional): Oferecido pela Offensive Security, o OSCP é uma das certificações mais reconhecidas para profissionais de Red Team. Ela envolve um exame prático desafiador, em que os candidatos devem penetrar em uma série de máquinas virtuais para demonstrar suas habilidades técnicas de penetração.

**6.1.3.2.** OSCE (Offensive Security Certified Expert): Também da Offensive Security, é uma certificação avançada focada em técnicas de exploração e desenvolvimento de exploits. É voltada para profissionais que desejam aprimorar suas habilidades de análise de vulnerabilidades e criação de exploits.

**6.1.3.3.** CREST CRT (Certified Red Team Member): Oferecido pelo CREST (Council of Registered Ethical Security Testers), esta certificação valida habilidades técnicas de testes de invasão e Red Team, além de conhecimentos em metodologia e ética de testes.

**6.1.3.4.** CEH (Certified Ethical Hacker): Oferecido pela EC-Council, é uma certificação amplamente conhecida que abrange os fundamentos da segurança de redes e as práticas de hacking ético.

**6.1.3.5.** CompTIA PenTest+: Esta certificação abrange habilidades em testes de penetração em vários ambientes e sistemas. É uma boa certificação de nível intermediário para profissionais que desejam entrar na área.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**6.1.3.6.** GIAC Penetration Tester (GPEN): Oferecido pela Global Information Assurance Certification (GIAC), é uma certificação focada em habilidades de pentest e testes de segurança de aplicativos.

**6.1.3.7.** LPT (Licensed Penetration Tester): Oferecido pela EC-Council, é uma certificação avançada que valida as habilidades práticas de um pentester em um ambiente controlado.

**6.1.4.** Demais informações relevantes estão contidas no Anexo II – Especificações Técnicas.

### **6.2. Local e horário da prestação dos serviços**

**6.2.1.** Os serviços serão prestados/entregues na sede do Coren-SP.

### **6.3. Materiais a serem disponibilizados**

**6.3.1.** Não se aplica ao objeto.

### **6.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**6.4.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6.5. Formas de transferência de conhecimento**

**6.5.1.** Não será necessária a transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **6.6. Mecanismos formais de comunicação**

**6.6.1.** São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a contratante e o contratado, os seguintes:

**6.6.1.1.** Ordem de Serviço;

**6.6.1.2.** Ata de reunião;

**6.6.1.3.** Ofício;

**6.6.1.4.** Sistema de abertura de chamados;

**6.6.1.5.** E-mails;

**6.6.1.6.** Cartas.

### **6.7. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

**6.7.1.** O contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo contratante a tais documentos.

**6.7.2.** O Termo de Compromisso e Confidencialidade, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinados pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo III– Termo de Compromisso e Confidencialidade.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Preposto

**7.5.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**7.6.** A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

**7.7.** Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Reunião Inicial

**7.8.** Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

**7.9.** A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

**7.10.** A pauta desta reunião observará, pelo menos:

**7.10.1.** Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

**7.10.2.** Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

**7.10.3.** Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

**7.10.4.** A Carta de apresentação do preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

**7.10.5.** Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### Fiscalização



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

**7.11.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### Fiscalização Técnica

**7.12.** O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**7.13.** O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**7.14.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**7.15.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**7.16.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**7.17.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

### Fiscalização Administrativa

**7.18.** O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.19.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

**7.20.** O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**7.21.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**7.22.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**7.23.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**7.24.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**7.25.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**7.26.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**8.1.** Vide Anexo III – Indicador de Desempenho.

**8.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**8.2.1.** não produzir os resultados acordados;

**8.2.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**8.2.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**8.2.4.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### Do recebimento

**8.3.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnicos e administrativos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**8.3.1.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**8.3.2.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**8.3.3.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**8.3.4.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**8.3.5.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**8.3.6.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**8.3.7.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**8.3.8.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**8.3.9.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**8.3.10.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.3.11.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**8.3.12.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.3.13.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**8.3.14.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

**8.3.15.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**8.3.16.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**8.3.17.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**8.3.18.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.3.19.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.3.20.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Da Liquidação

**8.3.21.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**8.3.22.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.3.23.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.3.23.1.** o prazo de validade;

**8.3.23.2.** a data da emissão;

**8.3.23.3.** os dados do contrato e do órgão Contratante;

**8.3.23.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**8.3.23.5.** o valor a pagar; e

**8.3.23.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.3.24.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus aa Contratante;

**8.3.25.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.3.26.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.3.27.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

**8.3.28.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.3.29.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**8.3.30.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Do Prazo de Pagamento

**8.3.31.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**8.3.32.** No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### Da Forma de Pagamento

**8.3.33.** O pagamento será realizado por meio de transferência ou depósito bancário, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

**8.3.34.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a operação bancária para pagamento.

**8.3.35.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.3.36.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.3.37.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Da Antecipação de pagamento

**8.3.38.** A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

### Da Cessão de Crédito

**8.3.39.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**8.3.40.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

**8.3.41.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**8.3.42.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

**8.3.43.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global do grupo.

### Exigências de habilitação

**9.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

**9.3. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ;

**9.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.6.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**9.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

**9.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

**9.12.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.13.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

**9.14.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.15.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.16.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.17.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.18.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira



**9.26.2.** OSCE (Offensive Security Certified Expert): Também da Offensive Security, é uma



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

certificação avançada focada em técnicas de exploração e desenvolvimento de exploits. É voltada para profissionais que desejam aprimorar suas habilidades de análise de vulnerabilidades e criação de exploits.

**9.26.3.** CREST CRT (Certified Red Team Member): Oferecido pelo CREST (Council of Registered Ethical Security Testers), esta certificação valida habilidades técnicas de testes de invasão e Red Team, além de conhecimentos em metodologia e ética de testes.

**9.26.4.** CEH (Certified Ethical Hacker): Oferecido pela EC-Council, é uma certificação amplamente conhecida que abrange os fundamentos da segurança de redes e as práticas de hacking ético.

**9.26.5.** CompTIA PenTest+: Esta certificação abrange habilidades em testes de penetração em vários ambientes e sistemas. É uma boa certificação de nível intermediário para profissionais que desejam entrar na área.

**9.26.6.** GIAC Penetration Tester (GPEN): Oferecido pela Global Information Assurance Certification (GIAC), é uma certificação focada em habilidades de pentest e testes de segurança de aplicativos.

**9.26.7.** LPT (Licensed Penetration Tester): Oferecido pela EC-Council, é uma certificação avançada que valida as habilidades práticas de um pentester em um ambiente controlado.

**9.27.** Para fins de verificação da qualificação técnica, será observado o disposto a seguir:

**9.27.1.** Será admitida a soma de dois ou mais atestados para obtenção da quantidade a ser comprovada no(s) atestado(s) de capacidade técnica.

**9.27.2.** Somente será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**9.27.3.** O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

**9.27.4.** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

**9.27.5.** Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas pelo Pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, podendo, para tanto, o Pregoeiro solicitar cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**10.1.** O custo estimado total estimado é de R\$742.000,00 (setecentos e quarenta e dois mil reais) para um período de 12 (doze) meses.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

**11.1.** As despesas decorrentes da contratação serão acobertadas pelos seguintes elementos de despesas:

**1.1.1.** 6.2.2.1.1.33.90.39.002.027 – Serviços de Informática.





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

São Paulo, 24 de julho de 2024.

INTEGRANTE REQUISITANTE/TÉCNICO	INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
<p><b>Regis de Oliveira Araujo</b></p> <p>Assinado de forma digital por Regis de Oliveira Araujo Dados: 2024.07.24 14:46:25 -03'00'</p> <p><b>Régis de Oliveira Araújo</b> Analista de Segurança da Informação Matrícula 1044</p>	<p><b>Ingrid Wendy Carrel</b></p> <p>Assinado de forma digital por Ingrid Wendy Carrel Dados: 2024.07.24 15:26:42 -03'00'</p> <p><b>Ingrid Wendy Carrel</b> Assessora II – GCC Matrícula 1177</p> <p><b>Andrea Zumbini Paulo</b></p> <p>Assinado de forma digital por Andrea Zumbini Paulo Dados: 2024.07.24 15:31:46 -03'00'</p> <p><b>Andrea Zumbini Paulo</b> Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1232</p>

RESPONSÁVEL PELA ÁREA REQUISITANTE/TÉCNICA (GTI)
<p>(férias)</p> <p><b>Rafael Conceição da Silva</b> Gerente – GTI Matrícula 455</p> <p><b>Thiago Aparecido de Britto Navas</b></p> <p>Assinado de forma digital por Thiago Aparecido de Britto Navas Dados: 2024.07.24 14:51:54 -03'00'</p> <p><b>Thiago Aparecido de Britto Navas</b> Coordenador de Área – GTI/Int – Substituição Gerência. Matrícula 775</p>